

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE  
CONSELHO DE MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL  
RELATO DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA  
CÂMARA TÉCNICA DE MUDANÇA DO CLIMA

**Data:** 29 de abril de 2021

**Horário:** a partir das 14h30

**Local:** Reunião realizada por vídeo conferência, em virtude do Decreto Distrital nº 40.546, de 20 de março de 2020

MARÍLIA MARRECO CERQUEIRA (SEMA/DF), que presidiu a reunião, e os demais Conselheiros (as): ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (SEMA/DF), RAFAEL MORAES (ADEMI/DF), SAULO RODRIGUES FILHO (UnB), JOELMA GUEDES (SEAGRI/DF), NATÁLIA CRISTINA CHAGAS MENDES TEIXEIRA (FAPE/DF), DANIELA MOURÃO (SDE), MARA MOSCOSO (FÓRUM), LUIZ MAIA (SDE), MAC SOUTO (SEAGRI), OLIVIA KROHN (FIBRA), SAULO RODRIGUES FILHO (UnB) e VANDETE INÊS (ADASA). Participou como convidado: FERNANDA GARCIA SAMPAIO (EMBRAPA/MAPA), OTAVIO MARANGONI (EMBRAPA/MAPA), RONALDO TRECENTI (CONSULTOR) e RENATO DE ARAGÃO (CONSULTOR). Participaram como ouvintes: REBEKAH RANK ARAUJO (SFA/MAPA), EDGAR FAGUNDES (SEMA), SUZZIE VALLADARES (SEMA), CHARLES DAYLER (SEMA), THIAGO MENDES (CITINOVA/SEMA) E UGO ANDREAZZI (SEMA).

**Estiveram presentes à reunião os seguintes membros da CT de Mudança do Clima:**

**Secretaria de Meio Ambiente – SEMA**

MARÍLIA MARRECO CERQUEIRA, PRESIDENTE DA CT

ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO

**Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – SEAGRI**

JOELMA GUEDES

**Secretaria de Transporte e Mobilidade – SEMOB**

PEDRO MAURÍCIO TEIXEIRA

**Agência Reguladora de Águas e Saneamento – ADASA**

ANA CAROLINA LOPES CARNEIRO

VANDETE INÊS MALDANER

**Federação da Agricultura e Pecuária – FAPE**

NATÁLIA CRISTINA CHAGAS MENDES TEIXEIRA

**Fórum das Entidades Ambientais – Fórum de ONGs**

MARA CRISTINA MOSCOSO

**Federação das Indústrias do DF – FIBRA**

OLÍVIA CAROLINA RIBEIRO KROHN

MIRELLE ANTUNES CORRÊA

**Ausentes os representantes da Universidade de Brasília – UnB e da Associação do Mercado Imobiliário – ADEMI**

Pela Secretaria de Meio Ambiente participaram:

EDGAR FAGUNDES, SUZZIE VALLADARES, ANDRE SOUZA, NAZARÉ SOARES, THIAGO MENDES, UGO ANDREAZZI.

Como convidada:

CAMILA GRAZIELA ARTIOLI (VOTORANTIN).

A reunião foi coordenada por MARICLEIDE MAIA SAID, em conjunto com ADRIANA MANDARINO

**PAUTA:**

Ao vigésimo nono dia do mês de abril de dois mil e vinte e um, (29/04/2021) às quatorze horas e trinta minutos, ocorreu a 4ª reunião ordinária da Câmara Técnica de Clima do Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal - CONAM/DF, realizada por videoconferência, atendendo à convocação da Conselheira MARÍLIA MARRECO. A reunião foi coordenada por MARICLEIDE MAIA SAID/SEMA/DF. A Presidente da reunião cumprimentou a todos e declarou aberta a reunião. **Item 1a da pauta:** “Abertura pela Presidente da CT de Mudança do Clima, Marília Marreco”. A Presidente informou que na última reunião da Câmara foi abordado a questão relacionada à indústria que tem a nossa principal fonte, no DF, a questão das cimenteiras. Disse que a ideia agora na Câmara é continuar tratando daqueles setores que têm prioridade tanto de redução de emissão quanto de adaptação como o setor de uso e mudança do solo. **Item 1b da pauta:** “Planos de mitigação e de adaptação à mudança do clima no DF e a agricultura, Consultor da Secretaria de Meio Ambiente, Thiago Mendes”. A Presidente passou a palavra para o senhor Thiago/Citinova. O consultor disse que ia apresentar o resultado dos 13 inventários que foram feitos, de 2005 a 2018, publicado pela SEMA no final do ano passado e sobre o plano de mitigação e adaptação dentro da lógica integrada, que o DF está formando, que é a chamada Contribuição Distritalmente Determinada (CDD). Em relação ao inventário, informou que ele fez um apanhado de todas as emissões de gases de efeito estufa, no caso específico do DF, são três mais relevantes: dióxido de carbono (CO<sup>2</sup>), CH<sub>4</sub> metano e óxido nitroso. Mostrando o gráfico, comentou que o principal setor, desde 2005 até 2018, o grande responsável pelas emissões de CO<sup>2</sup> é o setor de energia. O segundo setor mais relevante é o de mudança de uso do solo e floresta (LULUCF). Com relação ao setor de agropecuária, o principal gás emitido no DF é o óxido nitroso (N<sup>2</sup>O), oriundos de fertilizantes nitrogenados e o segundo gás o metano, oriundos da fermentação entérica. Quando analisa o LULICF, comentou que a principal emissão é quando se passa da vegetação arbórea para o processo de formação de pastagem e a segunda é a transformação de florestas em gramíneas. Com base no diagnóstico dos inventários, feitos e produzidos pela SEMA, disse que foi adotado um modelo de gestão integrada que é a CDD nos mesmos moldes do acordo de Paris. Sobre o plano de mitigação, no foco das emissões de gases de efeito estufa, informou que a atuação foi em quatro grandes setores: setor de energia, de resíduos, de agropecuária e o setor de uso da terra. Na agropecuária, disse que a atuação foi de operacionalizar o plano ABC, ou seja, aumentar a produção de áreas subutilizadas, de áreas agrícolas que vem aplicando as técnicas do plano, para disseminar práticas de silviculturas sustentáveis, ampliar as áreas de cadastro ambiental, incentivar a técnica de plantio direto, recuperar áreas de pastagens e incentivar a agricultura orgânica interligando com os projetos de compostagem. No setor de uso da terra, comentou que a atuação foi na formação do programa de florestas urbanas e o programa de redução das transições de uso da Terra, com o processo de operacionalização do desmatamento Zero no DF. Sobre o plano de adaptação, onde o foco são os impactos adversos do incremento de temperatura do planeta, informou que a atuação foi trabalhar em abastecimentos de água para a

população e áreas que poderiam sofrer inundações e alagamentos. O conselheiro Saulo/UnB parabenizou a iniciativa da SEMA com relação à contribuição voluntária sobre as emissões. Sobre a apresentação, verificou que o ano base utilizado, para o DF, foi de 2013 e o plano da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC), o ano base é de 2005, e perguntou o porquê da escolha do ano de 2013. Comentou que o ano de 2005 foi adotado por causa de altas taxas de desmatamento e as maiores emissões no setor LULUCF. Sugeriu apresentar as metas distritais e nacionais setorialmente para ter a contribuição distrital como uma aliada na agenda climática brasileira, a partir de parâmetros semelhantes de comparação. O senhor Thiago/Citinova respondeu que o ano de 2013 foi escolhido porque ele já foi publicado no passado, o que dá uma garantia ao invés de se apoiar em metas incertas. Informou que se nada fosse feito, em termo de política de mudança do clima, o DF iria chegar em 2025 e 2030 no mesmo número de 2013. Sobre o CDD, comentou que não foi um requisito a cumprir da NDC e sim uma contribuição do DF, a política nacional já tem suas bases e instrumentos para operacionalizar. A conselheira Mara/Fórum sugeriu colocar, de forma clara, como é dada a integração dos planos de mitigação e adaptação com outras políticas públicas, quais as outras competências dos órgãos do GDF, que poderiam estar inseridos nesses planos. A Presidente concordou com a conselheira e disse que vai alinhar o plano de mitigação com outras políticas. A conselheira Mara/Fórum, comentou que, sobre a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal (PDOT), tem grande preocupação da redução das áreas rurais em áreas urbanas. Disse que com elementos técnicos e científicos como argumentação, explicaria que seria arriscado diminuir a área rural do DF. O senhor Thiago/Citinova, comentou que, fortalecendo o setor agropecuário dentro do DF é garantia de um futuro de baixo carbono. Em outra questão, explanou que é importante ter áreas de produção agrícolas sustentáveis para que possa fazer a melhor percolação e não ter tanta impermeabilização do território. A conselheira Vandete/Adasa, disse que tem o mesmo pensamento da conselheira em fazer a integração das informações. Citou o termo de referência que precisaria integrar as informações para a contratação das empresas para o plano de bacias. Complementou dizendo que com a integração pode subsidiar de maneira muito mais fundamentada e evitar que tenha um contrato que vá apresentar elementos que já foram contemplados nesse estudo. A Presidente comentou que o material já está disponível e é público, precisando de qualquer informação é só solicitar. O conselheiro Mac/Seagri informou que a sua pergunta sobre a importância da integração de dados já foi contemplada pelas respostas anteriores. O senhor Ronaldo perguntou como vai convencer a sociedade, o poder legislativo, o poder executivo e a iniciativa privada em aportar recursos para as ações desses programas. A Presidente respondeu que a ideia dessas reuniões setoriais e das integrações é mostrar onde está sendo aplicado o recurso e os resultados daquele investimento. Prosseguindo para **Item 1c da pauta**: “Plano Setorial de Adaptação e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária – Plano ABC, Coordenação Geral de Mudança do Clima, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Fernanda Sampaio e Otávio Marigoni”. A Presidente passou a palavra para a consultora Fernanda/Embrapa, que iniciou comentando que o plano ABC inicial foi de 2010 a 2020 e que agora está em uma nova fase chamada ABC+, onde lança as bases estratégicas para o ABC 2020 a 2030. Disse que é um plano setorial para adaptação a mudança do clima e baixa emissão de carbono na agropecuária. Expressou que o plano ABC antes era um plano voltado para a baixa emissão de carbono e agora fez a inversão, valorizando ainda mais a importância da adaptação para agropecuária, porque a mudança do clima incide diretamente nos processos de produção. Citou algumas tecnologias do plano ABC na primeira fase: tratamento de dejetos de animais,

recuperação de pastagem degradada, sistema integração lavoura-pecuária floresta, plantio direto para a fixação biológica de nitrogênio e a floresta plantada para fins comerciais. Em função da revisão dos 10 primeiros anos, propôs a valorização da adaptação e redução de emissão com inclusão de novos sistemas e projeto de produção sustentável. Disse que tem três premissas para entrar no plano ABC; adaptação, maiores ganhos econômicos e redução de emissão que é a mitigação. Informou que o plano ABC não tem nada a ser retirado, apenas a ser adicionado devido às novas estratégias. Comentou que o plano ABC+ tem o objetivo central de promover a adaptação da agropecuária brasileira, às mudanças do clima e a mitigação de gases de efeito estufa com o aumento da eficiência e resiliência dos sistemas produtivos, por meio da gestão integrada da paisagem. A senhora Fernanda/Embrapa agradeceu a oportunidade e passou a palavra para o senhor Otávio/Embrapa para falar sobre a situação no DF. O consultor disse que a partir da política nacional do plano ABC, todos os estados desenvolveram seus planos ABC estaduais. Comentou que o plano ABC/DF foi criado em 15/09/2014 a partir do Decreto nº 35.807, coordenado pela Secretaria de Estado de Agricultura e Desenvolvimento Rural (SEAGRI), em articulação com os demais entes distritais. Disse que o plano ABC/DF contempla as tecnologias do plano nacional com a inclusão da produção orgânica. Cujo objetivo é promover a redução das emissões de gases de efeito estufa nas atividades agropecuárias e contribuir para a redução do desmatamento. O sistema plantio direto no DF, é uma atividade já consolidada dentro do sistema de produção e a principal meta estabelecida pelo plano ABC/DF foi qualificar o sistema. O consultor agradeceu a oportunidade e se colocou à disposição para discutir sobre o plano ABC/DF. A conselheira Natália/Fape comentou que tem visto os produtores rurais procurando adotar medidas sustentáveis. Expressou que é muito importante trabalhar na divulgação das medidas e como os produtores podem adotar inovações para mitigar os impactos. O conselheiro Saulo/UnB comentou que não vê conflito entre conciliar a mitigação e adaptação. Complementou dizendo que a adaptação é o caminho da sustentabilidade para o Brasil, principalmente porque depende da agricultura e das mudanças de uso da Terra. A senhora Fernanda/Embrapa respondeu que o plano não está deixando secundário a mitigação, apenas é uma forma de proteger o setor agropecuário. Comentou que nos dez primeiros anos mitigaram e reduziram as emissões de gases e que agora se dedica às mudanças do clima, onde a agropecuária sofre os danos. O senhor Ronaldo/Consultor comentou que é importante os investimentos no produtor porque traz aumento de renda e sustentabilidade da produção. A Presidente agradeceu a Fernanda Sampaio e Otávio Marigoni pela apresentação do plano ABC. Seguindo para o **Item 1d da pauta**: “Rede de Integração Lavoura Pecuária e Floresta, Presidente do Conselho da Rede ILPF, Renato Rodrigues”. O consultor informou que o Brasil é uma potência agrícola, tanto em produção quanto exportação de vários produtos importantes, mas a maior parte dessa produção é baseada em commodities. Comentou que ainda tem um espaço muito grande para o desenvolvimento de produtos com valor agregado mais alto, produtos industrializados e produtos de melhor qualidade. A participação do setor privado, o empreendedorismo do produtor rural e o conjunto de políticas de crédito rural são ações que ajudam na agricultura. Observou que o grande desafio da agropecuária é alimentar a crescente população perante as mudanças globais. O Brasil tem uma população cada vez maior, cada vez mais urbana, o que significa ter cada vez menos gente do campo produzindo comida, então o aumento de produtividade, o aumento de eficiência na produção agropecuária é vital para ter a produção de alimentos suficientes para abastecer a população no futuro. Produzir e preservar é necessário e

possível, essa combinação atrai investimentos e negócios para o País. Explicou que o mundo está mais complexo e isso demanda soluções mais integradas, uma abordagem mais sistêmica, que gere as complexidades de maneira sustentável, responsável e ética. A rede de Integração Lavoura, Pecuária e Floresta (ILPF), seria a utilização de diferentes sistemas produtivos, agrícolas, pecuários e florestais, dentro de uma mesma área, combinando lavoura-pecuária ou lavoura-floresta. Comentou que tem uma série de benefícios ambientais, sociais e econômicos com essa rede de integração como aumentar a produtividade da produção, agregar valor aos produtos e aumentar a qualidade ambiental. Finalizou agradecendo a todos e ficando à disposição para dúvidas. O senhor Ronaldo disse que a rede ILPF está fazendo um trabalho muito bom no Nordeste, onde é uma região com dificuldades. O senhor Renato confirmou que a ILPF está sendo uma ferramenta de desenvolvimento regional e citou dois grandes projetos, um voltado para a zona da mata e agreste e o outro mais para a caatinga. Disse que tem um modelo de ILPF na região chamada lavoura-pecuária-caatinga, onde usa a vegetação da caatinga para fazer a produção de lavoura e a produção de animais como caprinos, ovinos e bovinos. O senhor Ronaldo perguntou sobre a questão da carne carbono neutro e leite carbono neutro. O senhor Renato explicou que esses são trabalhos feitos pela Embrapa e que a rede ILPF não participa diretamente, mas serve como base para eles. A carne carbono neutro é uma marca que foi desenvolvida pela Embrapa, que tem uma metodologia que quantifica as emissões de metano dos animais, fazendo uma comparação de quantas árvores seriam necessárias para absorver o CO<sup>2</sup> equivalente a essas emissões. Foi feita uma parceria para comercializar essa marca, onde o produtor acaba tendo uma certificação do produto. O senhor Thiago/Citinova perguntou o que a rede está preparando para o DF e como pode aproveitar a oportunidade dos instrumentos que já estão sendo implementados. O senhor Renato respondeu que agora no DF, não tem nenhuma ação direcionada pela rede, mas não por falta de interesse e sim, por falta de oportunidade. Comentou que desenvolve sistemas vitrines tecnológicas próximos a grandes centros para incentivar os produtores a usarem tais tecnologias. A Presidente perguntou se o processo de certificação tem um protocolo ou um guia, que pudesse mostrar. O senhor Renato disse que tem e que irá compartilhar posteriormente. Passando para o **Item 1e da pauta**: “Agricultura Sustentável no DF, Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do DF – SEAGRI/DF, Mac Leonardo. O conselheiro Mac/Seagri disse que mesmo com os interesses dos produtores precisa de uma ação a mais para fazer com que o produtor entre no pertencimento da atividade. Comentou que a secretaria tem algumas ações direta com o produtor, como por exemplo, o programa reflorestar que auxilia o produtor rural na adequação ambiental. Finalizou dizendo que as ações têm acontecido e a secretaria tem se empenhado, somando esforços com outras instituições, para dar continuidade aos trabalhos de fomentar o desenvolvimento da produção sustentável no DF. Prosseguindo para o **Item 1f da pauta**: “Construção do Plano ABC no DF, Consultor SENAR/CNA, Ronaldo Trecenti.” O consultor comentou que o assunto já foi contemplado pelo senhor Otávio/Embrapa onde o plano tem o esforço de promover a mitigação das emissões de gases de efeito estufa na agricultura. Disse que o DF tem uma situação muito favorável, em termos de oportunidade, mas também um compromisso, um dever de ser realmente uma vitrine para o País. Sobre as tecnologias, comentou que são importantes para sair de uma realidade de pastagens degradadas, onde a gente tem perda econômica e perda ambiental. A produção sustentável, é um ponto importante na produção de alimentos seguros, para uma população onde se tem tecnologia da recuperação de pastagens, mas tem tido uma baixa adesão pelos pecuaristas. Finalizou destacando que

é preciso melhorar o acesso ao crédito, diminuir a burocracia, para que o plano ABC venha facilitar a assistência técnica, qualificar a mão de obra devido às dificuldades no campo e organizar o setor produtivo em relação ao mercado. A Presidente agradeceu a todos e disse que tem que investir para ajudar o produtor rural do DF, a expandir para se ter uma agricultura sustentável. Comentou que a SEMA deseja investir nessa área e inserir o assunto na programação de trabalho. Esgotada a pauta, a Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião. Em virtude das reuniões por videoconferência, esta Ata será aprovada por todos os Conselheiros e assinada pela Presidente da reunião.

**MARÍLIA MARRECO CERQUEIRA**

Secretária Executiva da Secretaria de Estado do Meio Ambiente  
Presidente da CT de Clima/CONAM-DF